Expresso

15-08-2020 | Economia

ENTREVISTA

Manuel Carvalho da Silva Coordenador do Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social (CoLABOR)

"Muitas empresas terão de funcionar dando prejuízo"

Textos **SÓNIA M. LOURENÇO**
Foto **TIAGO MIRANDA**

Manuel Carvalho da Silva tem dedicado muito tempo a pensar sobre o impacto da crise no mundo do trabalho. Coordenador do Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social (CoLABOR) e antigo secretário-geral da CGTP, analisa o tema no livro "Pensar o Futuro — Portugal e o Mundo depois da Covid-19" (Porto Editora, no prelo). Em conversa com o Expresso, antevê falências e desemprego e alerta que "temos milhares de empresas em coma".

P Que mudanças se estão a desenhar no mundo do trabalho?

R As mudanças decorrem de múltiplos fatores. Primeiro, vimos de um percurso de financeirização da economia e de mercantilização do trabalho. Depois, vimos de um tempo de cadeias de valor formadas por subcontratações, em que a organização do trabalho é bombardeada por dinâmicas que formam uma harmonização do retrocesso. A Europa, perante a pandemia, constatou que está inserida em cadeias de valor que têm a produção na China, na Ásia, em condições sociais e laborais diferenciadas das nossas. Espera-se que isto se altere. Ainda na economia, deve-se olhar mais para o ambiente. O que induz outra lógica de consumo. Nas últimas décadas assistimos a uma substituição dos salários pelo crédito para sustentar o consumo, o que baralha a interpretação do valor do trabalho. Outro elemento é a utilização das tecnologias.

P Quais são as outras questões?

R Estamos a assistir a guerras comerciais entre os Estados Unidos e a China. Há um reposicionamento dos países que vai influenciar as cadeias de valor e, logo, o trabalho. O mundo está a mexer em termos geopolíticos e geoestratégicos e vão surgir lideranças novas, com outras culturas e formas de exercício do poder, com a China a assumir um papel impensável há 50 anos e a Rússia e outros países a posicionarem-se. Quero ter esperança, mas não tenho expectativas muito positivas. Um terceiro conjunto de questões situa-se nas pessoas. A sociedade não está preparada para o aumento da esperança de vida, que é a maior conquista da humanidade nos últimos 130 anos. Quanto aos jovens, tivemos duas gerações às quais foi dito vão à escola, façam formação, sejam empreendedores e serão compensados por isso. E as promessas não foram cumpridas, o que provoca esta instabilidade, com a emergência do chamado populismo. E agora a pandemia a justificar que aos mais jovens a sociedade já nem sequer faça promessas. A quarta área é o trabalho. A pandemia mostra que o trabalho tem um lugar central na sociedade e todo ele tem valor. Muitas funções que não são valorizadas tiveram de ser as primeiras a responder às necessidades da sociedade, desde a produção de alimentos às cadeias de comercialização, passando pelos serviços de limpeza, a saúde e a educação.

P Os trabalhadores essenciais...

R É curioso como se passou de um quadro de desvalorização para o uso da expressão 'trabalhadores essenciais'. E agora? A sociedade vai continuar a mantê-los no fundo da escala ou vai introduzir alterações? Outro fator é o controlo do tempo. Não pode haver organização do trabalho e formas de prestação do trabalho que tirem o controlo absoluto do tempo às pessoas. Isto vai ser fator de conflito.

> "SE AS EMPRESAS ESTIVEREM À ESPERA DE VOLTAR A FUNCIONAR NO DIA EM QUE JÁ NÃO DÃO PREJUÍZO, MUITO POUCAS SE SALVARÃO"

P Entretanto, dá-se a pandemia...

R Não se alteraram questões fundamentais. Continuamos a necessitar de regulação e regulamentação no trabalho muito bem definidas ao nível dos Estados. E quantos mais fatores novos se introduzirem maior essa necessidade. Depois, nas relações de trabalho tem de continuar a haver coletivos e contratação coletiva de trabalho. A pandemia desafia-nos a não nos precipitarmos. O que aconteceu de respostas foram atos de emergência para uma situação de emergência. E a sermos muito mais determinados na busca do futuro.

P Em que sentido?

R A lógica de ver o futuro sem sair daquilo que é dominante e *mainstream*, considerando que as opiniões dos que estão nas margens são opiniões radicais que não importa ter em conta, ou é posta de lado ou o desastre vai ser ainda maior. O sistema está com erros profundos e tem de ser corrigido. Fala-se muito em voltar à normalidade. Não vai haver a normalidade do dia anterior à pandemia. Se os poderes dominantes levarem a uma normalidade de pretensamente idêntica à anterior, vai ser com mais injustiças, com mais desigualdades, com mais pobreza.

P Haverá uma nova normalidade?

R Não é possível imaginar que possamos ter o turismo que tínhamos antes. E que possamos manter o mesmo estilo de turismo, assente em salários baixos. A reorganização das cidades vai ser um problema, porque a utilização urbana dos grandes centros foi moldada por um turismo e uma prestação de serviços que provavelmente não voltam a ser o que eram. Não quero ser catastrofista, mas temos de começar a encarar as soluções, passo a passo. Temos milhares de empresas em coma. Muitas empresas, se quiserem sobreviver, vão ter de funcionar durante muito tempo dando prejuízo. E têm de ser criativas no estudo das reconversões e reestruturações. Não há hipótese. Se estiverem à espera de voltar a funcionar no dia em que já não dão prejuízo, muito poucas se salvarão. É um problema, porque muitos empresários não estão preparados para isto. É um erro esta ideia de que agora respondemos às questões de emergência e depois vamos à recuperação. Essa separação não existe. As coisas têm de ser articuladas.

P Como avalia as respostas de emergência à crise tomadas pelo Governo?

R As respostas de emergência eram necessárias e acho que, no fundamental, eram ajustadas à luz das nossas capacidades e meios. No mundo do trabalho acho que foram insuficientes. Podia ter-se travado o primeiro impulso que varreu milhares de trabalhadores precários. De um dia para o outro foram postos de lado, como se o seu trabalho fosse de menos valor. Precisávamos também de mais fiscalização, ou seja, de uma Autoridade para as Condições do Trabalho muito mais capacitada, muito mais eficaz, para não permitir abusos, que houve e ainda há, na utilização subversiva do teletrabalho, de *lay-off* não cumpridos, explorando os trabalhadores, múltiplas violações. E havia a necessidade de proteger mais os rendimentos dos trabalhadores. Não era possível muito, mas era possível um pouco mais. Nas empresas, o primeiro impacto devia ser mesmo proteger o máximo possível. Agora esta situação não é sustentável. Chegou o tempo em que, estando nós ainda em período de pensos rápidos, é preciso começar a fazer escolhas, porque nem tudo vai sobreviver.

> "PODIA TER-SE TRAVADO O PRIMEIRO IMPULSO QUE VARREU MILHARES DE TRABALHADORES PRECÁRIOS DE UM DIA PARA O OUTRO"

P Antevê um cenário de muitas falências e desemprego?

R Sim, é praticamente inevitável. Há muitas empresas e sectores de atividade que continuam a pensar num retorno à normalidade, que não existe, e que não se preparam nem querem começar a dar passos. Estão à espera que o Estado resolva.

P Acreditam no regresso ao passado?

R Sim. E isso não vai acontecer. Precisamos de investimento para começar a dar passos. Olhando para as soluções desenhadas no plano europeu, não sabemos ainda as condições a que vamos ter acesso ao dinheiro, nem quando chega, nem estamos a preparar-nos para o usar da melhor forma. Mas é já claro que o investimento disponibilizado, mesmo que seja nas melhores condições — e não vai ser, garantidamente —, não vai chegar. Depois, é preciso haver seleção, e aqui entra a planificação que o Governo tem de fazer. O Governo encomendou a António Costa Silva um instrumento que elenca um conjunto de questões. Reconheço ali muita coisa interessante. Agora é preciso tomar decisões que têm influência sobre as empresas e sectores que se apoiam mais e os que se apoiam menos. Aqui entram precauções, nomeadamente no *lay-off*, que tem de ser desarmado progressivamente e retomada a atividade normal. Uma preocupação é como fazer chegar o dinheiro às pessoas e não deixar que isto entre num descalabro de pobreza e incapacidade de mobilização da sociedade. Nas empresas, na primeira fase, foram pensos rápidos para todos, e progressivamente têm de ser pensos apenas para aqueles que vão sobreviver e pensos mais fortes para aqueles que podem começar a acelerar.

slourenco@expresso.impresa.pt

Expresso

15-08-2020 | Economia

“Os sindicatos perderam qualidade de quadros”

Passaram nove anos desde que Manuel Carvalho da Silva deixou a liderança da CGTP, ao fim de um quarto de século como secretário-geral. Nos sindicatos “vivemos, do ponto de vista qualitativo, alguma perda”, alerta

P Como tem visto a atuação dos parceiros sociais?
R Há fragilidades acumuladas, e isso é uma evidência. O mundo do trabalho sofreu imenso e está enfraquecido. As confederações patronais, em muitos casos, estão a léguas de terem dinâmicas representando o todo das empresas. A representação coletiva enfraqueceu.

P Também ao nível dos trabalhadores?
R Também. É visível, não se pode esconder. A negociação coletiva foi estilhaçada. O desejável era que as organizações coletivas, sejam dos trabalhadores, sejam dos empresários, tivessem mais força.

P Que desafios se colocam aos sindicatos? E como é que têm respondido?
R Os sindicatos perderam poder e perderam qualidade de quadros. O ataque aos sindicatos foi de tal ordem que, como aconteceu noutros períodos da História, a qualidade foi-se abaixo. Hoje estão com mais problemas. Há ainda a questão da conjugação das agendas sociais com as agendas políticas. Os sindicatos, em certas situações, ficaram prisioneiros da utilização de agendas pelas forças políticas, que não tinham em conta espaço para agendas sociais. E os sindicatos, para terem êxito, precisam de boas agendas sociais, abordando os problemas concretos dos trabalhadores. Para os sindicatos é fundamental que na luta política vençam propostas que colham as suas agendas. Mas isso não os pode tolher na sua autonomia e independência.

P Está a falar das centrais sindicais?
R Também. Os sindicatos em geral. A agenda social à escala mundial, apesar dos avanços conseguidos — se compararmos a sociedade atual com a que existia há 50 anos, andámos muito —, começa a ter muita coisa posta em causa e a serem minados compromissos que podem estilhaçar a vivência em democracia. Os sindicatos sofreram com isso. É um bocado complicado para mim fazer uma afirmação destas, porque fui coordenador e secretário-geral da CGTP durante 25 anos e meio, portanto eu dizer que há um abaixamento da qualidade dos quadros dos sindicatos pode significar dizerem que estou a autopromover-me. Os sindicalistas merecem-me toda a solidariedade. Mas há que não fecharmos os olhos.

> “OS SINDICATOS, EM CERTAS SITUAÇÕES, FICARAM PRISIONEIROS DA UTILIZAÇÃO DE AGENDAS PELAS FORÇAS POLÍTICAS”

Há contextos na sociedade que levam mesmo ao enfraquecimento. Vivemos, do ponto de vista qualitativo, alguma perda.

P Como é que se responde a isso?
R A pandemia colocou em evidência a centralidade do trabalho. Agora, daqui vai resultar uma dinâmica capaz de valorizar o trabalho? E os sindicatos vão ser capazes de construir agendas ofensivas que ajudem nesse objetivo? São interrogações. Vai depender da ação concreta, não há milagres. O problema não é só dos sindicatos, é muito mais complexo. Se as instituições de mediação na sociedade não são tidas em conta, é evidente que as pessoas consideram que não vale a pena a representação coletiva. É ao que assistimos todos os dias. A anulação das representações intermédias mata o sindicalismo, como mata outros instrumentos de mediação na sociedade, e põe em causa as democracias.

P A CGTP completa em outubro 50 anos, metade desse tempo sob a sua liderança. Que balanço traça?
R Não quero fazer comentários ao período após a minha saída. Este projeto sindical foi determinante em momentos decisivos da vida deste país. Há um compromisso com o mundo do trabalho muito sólido na CGTP. Espero que este projeto continue por muito tempo, embora reconheça que, resultado de um conjunto de fatores, há fragilizações de que é preciso cuidar. Aos seus dirigentes, a única coisa que posso fazer é manifestar apoio e solidariedade. Mesmo que essa solidariedade depois passe por análises críticas.

“Assusta-me” Governo querer 25% da função pública em teletrabalho

Teletrabalho é incontornável, mas Manuel Carvalho da Silva pede cautelas e equilíbrio com presença no local de trabalho

A tendência já se vinha sentindo, mas ganhou asas com a pandemia de covid-19. O teletrabalho disparou em Portugal e os dados do Instituto Nacional de Estatística indicam que abrangeu cerca de 1,1 milhões de trabalhadores durante o segundo trimestre do ano.

Com muitas empresas a apostarem nesta estratégia e o Governo a apontar também nesse caminho no que toca à Administração Pública, Manuel Carvalho da Silva, coordenador do Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social (CoLABOR) e antigo secretário-geral da CGTP, refreia os ânimos mais entusiastas.

“É claro que vai haver um aumento muito grande do teletrabalho”, reconhece em entrevista ao Expresso, considerando que trabalhar a partir de casa “é importante para muita gente”. Contudo, “muito do entusiasmo inicial com o teletrabalho começou a ser doseado. Até os peritos mais entusiastas sobre o teletrabalho começam a alertar para que tem de haver um equilíbrio entre a presença no espaço de trabalho e o trabalho em casa”, avisa Manuel Carvalho da Silva.

Certo é que este caminho comporta riscos. “Nas empresas, começa a ser notória a tensão entre trabalhadores que estão a trabalhar no local de trabalho e trabalhadores que estão em teletrabalho”, alerta o sociólogo, considerando que “é fácil, se não houver cuidados significativos na gestão do teletrabalho, ver esse trabalho ser classificado como não produtivo. É um perigo brutal”.

Atenção aos abusos

Ao mesmo tempo, a expansão do teletrabalho exige um reforço da capacidade de inspeção e da eficácia da Autoridade para as Condições do Trabalho, “para não permitir abusos”, frisa Carvalho da Silva. Temas como horários de trabalho, separação entre vida pessoal e profissional e o direito a desligar estão cada vez mais na ordem do dia.

Tudo somado, Manuel Carvalho da Silva vê com muitas reticências a meta já anunciada pela ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Alexandra Leitão, de colocar um quarto dos trabalhadores da função pública em teletrabalho até ao final da legislatura. “A mim assusta-me que o Governo diga que tem um plano para colocar 25% dos trabalhadores da Administração Pública em teletrabalho”, confessa, interrogando: “Onde é que está o estudo científico que demonstra que deve ser assim?”

Carvalho da Silva até “admite que seja possível no futuro”, mas relembra que “os especialistas começam a alertar para que é preciso equilibrar o teletrabalho com tempo presencial no local de trabalho”.

Acrescem ainda riscos políticos. “Se, sem mais, colocarmos 25% dos trabalhadores da Administração Pública em teletrabalho e tivermos uma crise de desemprego profundo, com problemas sociais graves, não faltarão comentários de André Ventura e companhia limitada a dizer para que é que o Estado está a gastar dinheiro com estas pessoas que estão em casa”, antevê Carvalho da Silva.

“Nas empresas, isto também é um risco.” Num cenário de dificuldades e políticas de redução de custos, quem está em casa pode ser mais facilmente sacrificado.

“Claro que há profissões onde o teletrabalho é absolutamente normal, desde que se proteja o resto”, reconhece. Por isso é “preciso estudar as condições do trabalhador que já não está no espaço físico da empresa, mas no seu espaço físico privado, com o seu tempo e as suas relações sociais. Sob pena dos interesses imediatos dos resultados das empresas cilindrarem totalmente os direitos das pessoas”, enfatiza.

No CoLABOR, que coordena, “estamos a dar grande atenção a este tema [tal como ao tema dos lares de idosos] e vamos procurar dar um contributo às políticas públicas”, remata Carvalho da Silva.

Expresso

15-08-2020 | Economia

AQUI VOCÊ É O CONVIDADO DE HONRA
TRIBUNA Expresso
SIGA-NOS NO FACEBOOK
facebook.com/tribunaexpresso

THE ADECCO GROUP
Há 30 anos a colocar as pessoas certas no lugar certo!

OPINIÃO

Tic-Tac, TikTok
JOÃO DUQUE E6

Menos desperdício, mais solidariedade
SANDRA MAXIMIANO E31

Os factos da velhice em Portugal
RICARDO REIS E5

PESSOAS

Tiago Simões é o novo presidente da Associação Portuguesa de Anunciantes E27

Dicas 5 estratégias para triunfar em tempos de pandemia E27

ECONOMIA

IMOBILIÁRIO & EMPREGO

Expresso
2494
15 de agosto de 2020
www.expresso.pt

Metade das famílias não consegue arrendar mais de 30 m² em Lisboa

- Com uma **taxa de esforço de 33%, recomendada por bancos e especialistas**, lisboetas ficam limitados a imóveis pequenos
- Belmonte é onde a família mediana **arrenda a casa maior: 149 m²** E18

TAP: ANTONOALDO E GOVERNO SEM CHEGAREM A ACORDO

Gestor brasileiro quer receber mais para sair, mas Executivo não quer dar "nem mais um cêntimo" E3

NB: venda de ativos nunca teve objeções internas

Departamento que avalia conflitos de interesses "nunca" deu parecer negativo a alienações de blocos de ativos

Banco pediu informações sobre duas denúncias feitas ao regulador europeu do mercado de capitais. ESMA não as faculta, mas também não pediu até agora dados ao banco nem aos supervisores nacionais. E8

Como os 'patrões dos patrões' gerem as suas empresas E16

ILUSTRAÇÃO GONÇALO VIANA

"TEMOS MILHARES DE EMPRESAS EM COMA"

Manuel Carvalho da Silva, coordenador do CoLABOR e ex-líder da CGTP, alerta que "muitas empresas terão de funcionar durante muito tempo dando prejuízo" e que "os sindicatos perderam qualidade de quadros" E12

FOTO TIAGO MIRANDA

Estado só recuperou 21% dos créditos do BPN

Perspetiva de recuperação da carteira de empréstimos do antigo banco nacionalizado é limitada

Apenas cerca de 3% dos créditos concedidos pelo BPN e que estão no Estado estão na sua versão original. A maioria está em situação pré-incobrável e uma grande parcela sob ações judiciais. E6

Auditor pode abortar 95% da OPA da Cofina à TVI

Se o preço que vier a ser decidido for superior aos €0,415 propostos, oferta arrisca a ser apenas sobre 5% da Media Capital

Cofina minimiza riscos com nova oferta: dá provas de interesse na TVI (quando tem diferendo com Prisa devido ao fim do anterior negócio) e limita o custo na eventual compra da concorrente. E10

V, W, L, K. Como será a recuperação da economia? E14

CONTAS EM ANGOLA
Banco central quer controlar saída de divisas e vai obrigar estrangeiros a ter conta individual nos bancos angolanos E30

É a sorte ou o talento que torna os CEO milionários? E25

Chegou o Apple Pay
Tem iPhone ou Apple Watch?
Já pode fazer pagamentos de forma rápida e segura.

Digilosofia
A filosofia digital do Santander

Santander | Pay